



# Clube de Lisboa

## LISBON TALKS 1/2017

Carlos Moedas  
Moderação de Luís Amado

26 de maio de 2017  
Sala dos Espelhos do Palácio Foz, Lisboa

# DIPLOMACIA CIENTÍFICA



A globalização é incontestável e trouxe benefícios para muitos, mas também gerou desigualdades, pelo que é necessário “civilizar a globalização”. A ciência e a inovação têm um contributo importante a dar nesse sentido.

Na Europa, existe um certo elitismo na ciência e inovação, quando estas devem estender-se à sociedade e ao cidadão comum. Temos de saber vender aquilo que fazemos em ciência, e conseguir transformar essa ciência fundamental em produtos.

A União Europeia deve avançar mais no aprofundamento de três vertentes da interação entre ciência e diplomacia / política externa: a “*Science for Diplomacy*” (a ciência pode ajudar a diplomacia, estabelecendo pontes), a “*Science in Diplomacy*” (agregar conhecimentos na resolução dos desafios globais) e a “*Diplomacy for Science*” (a forma como a diplomacia também ajuda na resposta a esses desafios) .

A União Europeia deve assumir no plano político e multilateral uma visibilidade e influência que corresponda ao seu peso financeiro, uma vez que é um grande contribuinte financeiro na área da ciência e inovação, mas nem sempre a utilidade e relevância desse apoio é assumido no plano público e político.

A Globalização do Desenvolvimento  
The Globalisation of Development



2 A Globalização do Desenvolvimento  
The Globalisation of Development



7 Conference  
The Globalisation of Development


Conferências  
de Lisboa





Clube de Lisboa





O **Clube de Lisboa** organizou a primeira **Lisbon Talk** tendo como orador convidado Carlos Moedas, Comissário Europeu para a Investigação, Ciência e Inovação. A sessão foi conduzida e moderada por Luís Amado, Presidente do Clube de Lisboa. Nesta sessão foi ainda lançado o livro da 2ª Conferência de Lisboa, “A Globalização do Desenvolvimento”, que reúne as intervenções e os debates da 2ª Conferência de Lisboa.

Lisbon Talks são sessões de debate periódicas sobre temas relevantes da atualidade internacional.

# O PAPEL DA DIPLOMACIA CIENTÍFICA NA PAZ E NO DESENVOLVIMENTO

Carlos Moedas

COMISSÁRIO EUROPEU PARA A INVESTIGAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

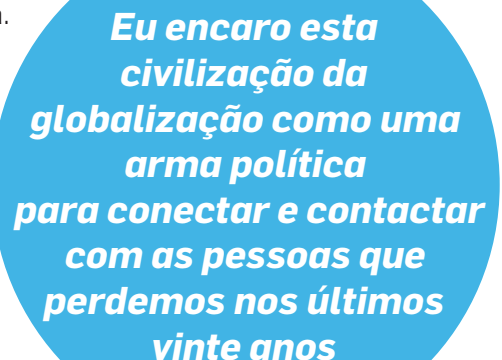
Vivemos momentos difíceis e delicados que interpelam os políticos para pensarem a forma como têm olhado o mundo nos últimos dez anos. O tema da globalização vai certamente definir os próximos dez anos em termos de política, pelo que gostaria de centrar a minha intervenção na ligação dessa globalização com a minha missão na ciência europeia, salientando de que forma é que a ciência e a globalização podem funcionar para melhorar os padrões de vida de todos nós no futuro.

Os pais fundadores da União Europeia pensaram sempre que a geoeconomia levaria a uma maior integração geopolítica. Robert Schuman dizia que “a Europa não se fará num só dia nem com um só plano, far-se-á de realizações concretas”, portanto de geoeconomia, o que levaria a uma solidariedade de facto. Penso que o que deixou de funcionar na máquina e nesta ideia de que a geoeconomia levaria a uma integração geopolítica foi exatamente o facto de a geoeconomia se ter globalizado e a geopolítica se ter localizado, verificando-se uma dessincronização entre estes dois mundos que levou à sua separação e ao contexto atual. Se olharmos para a globalização percebemos porque é que isso aconteceu. Percebemos que os políticos mais à direita defenderam uma globalização que parecia apenas positiva, enquanto os partidos mais à esquerda expressaram as suas dúvidas através de uma radicalização contra a globalização. Penso que a globalização não é má nem boa, é um facto. Tentar parar a globalização é um pouco como tentar colocar um dedo num rio e pensar que esse rio vai parar. E quando olhamos para a globalização como um facto, o percebemos é em parte o que Branko Milanovic descreve no seu “gráfico do elefante”, ou seja, que a globalização foi boa para muitos. Foi boa para mil milhões de pessoas, ou seja, para aqueles que saíram da pobreza extrema, mas também foi boa para aqueles que eram muito ricos e ficaram muito mais ri-

cos. Mas a globalização foi má para outros, como a classe média dos países desenvolvidos.

Se a globalização provocou esta desigualdade no nosso mundo ocidental, como é que podemos mudar este contexto? Qual deve ser a nossa prática, enquanto políticos, para podermos alterar esta globalização que criou desigualdades e que hoje sentimos que não nos trouxe nada? Efetivamente parece que a globalização não trouxe nada àqueles que vivem em Portugal, Espanha, França, na Europa Ocidental; trouxe-nos tecnologia e inovação, mas parece que não sentimos isso diretamente nas nossas vidas. Quando olhamos para este contexto, penso que temos uma oportunidade política para a Europa, ao termos um papel de “civilizar a globalização”, como refere Pascal Lamy, que define bem qual pode ser o papel da Europa no futuro. É neste papel que temos que nos centrar como europeus, porque as outras partes do Mundo não estão interessadas na civilização da globalização, ou seja, em reduzir essa desigualdade.

Eu encaro esta civilização da globalização como uma arma política para conectar e contactar com as pessoas que perdemos nos últimos vinte anos. Tal pode ser feito de uma maneira externa e de uma maneira interna. Relativamente à política externa da União Europeia, temos um trabalho profundo a fazer em relação ao contexto atual do comércio internacional.



***Eu encaro esta civilização da globalização como uma arma política para conectar e contactar com as pessoas que perdemos nos últimos vinte anos***

Em primeiro lugar, constatamos que as empresas chinesas presentes na Europa podem ser financiadas pelo nosso programa de Ciência, porque nós acreditamos num mundo aberto, mas as nossas empresas europeias na China não podem ser financiadas pelo programa nacional chinês, ou seja, não há reciprocidade. Penso que o primeiro princípio para se idealizar a globalização em termos de política externa é focalizarmo-nos nesta ideia política de reciprocidade. Se não tivermos reciprocidade estamos a criar desigualdade, porque temos o mercado de compras públicas maior e mais aberto do mundo, e se deixamos que os outros participem no nosso mercado também têm que deixar que participemos no deles. Só quem quiser jogar por estas regras poderá participar e só assim conseguiremos, de certa forma, criar um mundo mais igual em termos da política externa do comércio.

O segundo ponto tem a ver com a aplicação de sanções para quem não cumpra as nossas próprias leis. Nós temos a sorte de ter grandes traços de identidade, que às vezes esquecemos. Quando vivi nos Estados Unidos, senti que viver fora da Europa nos torna

mais europeus. E parte desse sentimento

europeu tem a ver com o facto de existir, até há muito pouco tempo, uma intolerância maior à desigualdade do que noutras partes do mundo. Dos 16 países mais iguais do Mundo, 14 são na

Europa. Temos um equilíbrio muito grande entre o coletivo e o individual, e quando vivemos noutras partes do mundo verificamos que temos um equilíbrio muito maior. Isto para além de termos maior atenção às políticas de ambiente e de clima, o que sentimos como uma característica nossa que contrasta com as outras partes do mundo. Temos que ter, portanto, um *enforcement* superior das nossas leis, ou seja, quem cumpre as nossas regras pode participar no nosso mundo da globalização e quem não as cumpre não pode participar.

Finalmente, verificamos que as pessoas sentem hoje a questão dos impostos como uma injustiça: como é que podemos ter uma globalização em que as empresas não pagam impostos onde produzem os seus benefícios? Isto é um princípio básico para a globalização, ou seja, se eu produzo num determinado local, pago impostos nesse local. Foi isto que a minha colega Margrethe Vestager [Comissária Europeia para a Concorrência] fez, através da multa aplicada à Apple no valor de 12 mil milhões de euros, exatamente porque esta empresa não pagava impostos no local onde produzia os seus iPhones. É preciso coragem para tomar estas medidas, que no fundo dão um sinal de que a Comissão Europeia tem poder para as tomar, quando muitas vezes vivemos o drama de não ter poder efetivo para tomar decisões em muitas áreas. Neste contexto, devemos estar atentos ao futuro do Livro Branco sobre a Europa e como é que este poderá clarificar o projeto europeu.

Para além de civilizar da globalização na parte externa, devemos igualmente olhar para nós e pensar no que podemos fazer em relação à parte interna. Isto significa analisar o que está a falhar na Europa. Da minha parte, vejo muitas vezes o que está a falhar na área da inovação e da ciência. Temos a melhor ciência do mundo, pois temos apenas 7% da população global mas 35% da produção científica mundial, mas depois não sabe-

**Temos a melhor ciência do mundo, pois temos apenas 7% da população global e 35% da produção científica mundial, mas depois não sabemos capitalizar aquilo que fazemos**



mos capitalizar aquilo que fazemos. Não sabemos vender aquilo que fazemos em ciência, nem conseguimos transformar essa ciência fundamental em produtos. Há algumas semanas, a NASA anunciou a descoberta de sete novos planetas, três deles em zona habitável, mas esqueceu-se de dizer que a única coisa que fez foi alugar o telescópio a um europeu de Liège, um grande cientista belga que recebeu uma das maiores bolsas europeias de ciência, do European Research Council. Ou seja, essa bolsa acabou por se traduzir na descoberta de novos planetas, mas o anúncio foi feito pela NASA. Este cientista explicou-me que, não tendo telescópio, teve de alugar um telescópio da NASA e assim foi feita a descoberta, porque apenas e só na Europa ainda se admite hoje a possibilidade de investir na intuição científica. Esta capacidade europeia pode levar-nos também a liderar o mundo da globalização, porque somos atores que ainda acreditamos na intuição dos nossos cientistas, e essa inovação disruptiva proveniente de várias áreas é uma das nossas características mais importantes. Com efeito, no mundo atual, a inovação é apenas para alguns e não para todos, ou seja, a difusão da inovação no mundo digital devia ser automática mas parece não o ser. Isto porque não estamos a evoluir no sentido da interdisciplinaridade e da capacidade de termos uma inovação além-fronteiras, pelo que devemos apostar cada vez mais nestes elementos.

Outro ponto relacionado com tudo aquilo em que falhámos nos últimos anos é a falta de investimento, porque os Estados Unidos investem mais 200 mil milhões do que a Europa, o que tem efeitos extraordinários para os EUA menos bons para o continente europeu.

Por fim, existe um pilar simultaneamente interno e externo, que tem a ver com a diplomacia científica, onde temos atualmente um papel único. A Europa tem um poder de atracção de cientis-

tas de outras partes do mundo e uma capacidade única de fazer com que essa ciência chegue não só aos ricos, mas também aos pobres, através de três instrumentos de diplomacia científica que gostaria de salientar.

Como é que podemos usar a ciência, que não tem fronteiras, que sempre foi global muito antes de nós sermos globais? É bom lembrar que Einstein escreveu sozinho, em 1914-15, três papers que mudaram o mundo (sendo um deles a Teoria Geral da Relatividade) e que, 100 anos depois, o paper científico que prova que as ondas gravitacionais respeitam o que Einstein já tinha sonhado contou com 1000 autores, todos de países diferentes. Isto demonstra como a ciência mudou ao longo do último século e se tornou mais global, embora tenha sido sempre mais global do que outras matérias. Em termos de diplomacia científica, a definição da Royal Society estabelece três áreas para as quais devemos olhar, como formas de ajudar no combate à desigualdade trazida pela globalização: a "*Science for Diplomacy*", a "*Science in Diplomacy*" e a "*Diplomacy for Science*".

Para mim, "Ciência para a Diplomacia" (*Science for Diplomacy*) significa as formas de a ciência ajudar a diplomacia. Como é que a ciência pode criar pontes onde não temos pontes? Um exemplo a referir foi um projeto no Médio Oriente sobre um acelerador de partículas na Jordânia, à semelhança do CERN na Suíça, em que sentámos à volta da mesa israelitas, palestinianos, paquistaneses e iranianos. Ver um israelita e um palestiniano a falar de ciência e a desenvolver uma relação que nunca tinham tido fez-me sentir que a ciência pode tornar-se útil à diplomacia de maneiras muito únicas. Assim, temos vindo a investir neste tipo de projetos que conseguem sentar à mesa países que, de outra forma, não desenvolveriam um relacionamento positivo. Outro exemplo é um projeto sobre dois temas que serão dos mais importantes

para o nosso futuro, a água e a alimentação, desenvolvidos com todos os países do Mediterrâneo. Mais uma vez, a primeira reação está sempre ligada ao problema de sentar Israel com os outros países. Se isso não acontecesse o projeto também não avançava. Se conseguirmos reunir de forma efetiva estas pessoas durante muitos anos a falar de ciência, vamos seguramente ter um efeito na política, e este papel da ciência tem sido relativamente subestimado. Na Comissão Europeia, o comissário da ciência e inovação não faz formalmente parte do grupo de comissários da Ação Externa e eu pedi para participar nas reuniões de maneira informal. Esta área não é vista pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros como uma arma da diplomacia, mas hoje já se começa a reconhecer esse valor, porque em muitas relações a única maneira possível é através da ciência, uma vez que as outras pontes já não existem. Como exemplo, refira-se a assinatura de um acordo da Associação de Cientistas da Ucrânia com a União Europeia. Foi um momento histórico, porque dávamos um sinal à Ucrânia que podiam contar conosco, e a primeira associação que eles tinham à Europa foi através da ciência.

Fizemos o mesmo na Tunísia, onde associámos os cientistas tunisinos ao programa europeu, e isso foi muito emocionante porque era a primeira vez que a Europa lhes dava um sinal de que tinha valido a pena tudo o que tinham passado e o que tinham feito na revolução.

A “Ciência na Diplomacia” (*Science in Diplomacy*) consiste na resolução dos desafios atuais, que são globais por definição. Isto leva-me a um cam-

po mais delicado, o da soberania. Vivemos há 400 anos, desde a paz de Vestefália, nesta ideia de que a soberania é um direito. Jean Bodin dizia que a soberania é o direito de imprimir moeda, de cobrar impostos e de declarar a guerra. Num mundo de desafios globais, a soberania deixa de ser um direito e passa a ser uma obrigação que tenho para com os meus vizinhos, ou pelo menos assim o vejo e assim o interpreto. Richard Haass refere, num artigo extraordinário denominado “World Order 2.0”, fala exatamente desta obrigação que temos, para evitar efeitos e externalidades negativas sobre os meus vizinhos. Isto porque os desafios são globais e só podem ser resolvidos por vários países em conjunto. A ciber-segurança, ou o ambiente e o clima, são temas sem fronteiras que vêm desafiar o próprio conceito de soberania, impossíveis de resolver sozinhos.

Um exemplo evidente de “ciência na diplomacia” foi a crise do Ébola, com a qual me deparei quando cheguei à Comissão Europeia. Em 2014, era preciso começar trabalhar numa vacina para o Ébola, mas análise histórica demonstrava que teria sido possível chegar a uma vacina uma década antes, se os países tivessem estado de acordo. Ninguém o fez. Teria custado, segundo estimativas, cerca de 20 milhões de euros, enquanto a crise do Ébola custou 11 a 12 mil mortos e mais de 4.5 mil milhões de euros. Isto aconteceu porque continuamos a viver num paradigma em que cada país quer fazer a sua parte, mesmo em áreas como a saúde. Outro exemplo é a resistência aos antibióticos. No ano 2000, cada país tentava tomar as suas medidas, mas foi a União Europeia que

***Se estudassem a história económica e da globalização, os populistas e os extremistas defendem o encerramento das fronteiras e a tomada de medidas protecionistas conseguiriam perceber que o fechar da economia só nos trouxe pobreza***



pôs esta matéria na agenda e começou a fazer as primeiras comparações da resistência aos antibióticos nos vários hospitais europeus, porque cada país não tinha sequer capacidade ou escala para resolver a questão.

Foi devido a estas ações que os holandeses tomaram consciência, em 2002-2003, do excesso de antibióticos dados aos seus animais, por comparação com os congéneres europeus, tendo então corrigido essa questão. Assim, a “Ciência na Diplomacia” consiste exatamente na capacidade de resolver estes desafios globais.

Finalmente, a “Diplomacia para a Ciência” (*Diplomacy for Science*) consiste em como a diplomacia pode, também, ajudar a ciência nesta resolução dos problemas globais. A ciência tem bastante a aprender com a Diplomacia sobre como civilizar esta globalização, como estudar este tema em termos económicos, como analisar os dados que temos no contexto da diplomacia e da ciência. Vivemos atualmente num mundo de big data, mas temos muitos dados e pouca análise dessa informação. Estamos a desenvolver um projeto de cloud para todos os cientistas europeus, em que poderemos ter essa capacidade para fazer a análise de dados económicos e, assim, estudar exatamente o que foi a globalização. Se olharmos para os dados da globalização, veri-

ficamos que, antes da I Guerra Mundial, 33% do PIB mundial era comércio internacional, mas no fim da II Guerra Mundial o comércio internacional pesava apenas 7% no PIB global. Durante a I Guerra Mundial o PIB caiu 14% e na II Guerra Mundial caiu 22%. Se estudassem a história económica e da globalização, os populistas e os extremistas defendem o encerramento das fronteiras e a tomada de medidas protecionistas conseguiriam perceber que o fechar da economia só nos trouxe pobreza. Com este tipo de estudos, e através da História europeia, temos de conseguir levar a diplomacia para a ciência, para conseguirmos passar a mensagem na Europa e no mundo.

Quando Benjamin Franklin decidiu assinar a Declaração da Independência, um cientista britânico seu amigo, Joseph Priestley, escreveu-lhe uma carta onde lhe dizia que “a ciência das nossas Nações pode estar em paz, mesmo e quando a sua política está em guerra”. Era um pouco esta a mensagem que vos queria deixar hoje, ou seja, a capacidade que a ciência tem para ajudar a diplomacia e vice-versa, porque só assim conseguiremos diminuir este elitismo em que a inovação e a ciência são só para alguns. Tornar a ciência em algo para todos é um grande desafio que temos pela frente.



No debate, o Comissário foi questionado sobre a influência do facto de ser português e qual o papel de Portugal na área da ciência e inovação. De facto, Portugal não é, à primeira vista, rapidamente identificado como um país de ciência e inovação, e o trabalho de um Comissário Europeu português nesta área pode contribuir indiretamente para alterar essa perspetiva. Na realidade prática, Portugal tem empresas e cientistas de primeira ordem, tendo sido referidos como exemplos a Fundação Champalimaud na área neurológica, a Veniam relativamente à “internet das coisas” na cidade do Porto, ou a presença de potenciais Prémios Nobel que escolheram Portugal como espaço para desenvolverem os seus projetos. É necessário valorizar não só estes exemplos, mas também dar maior visibilidade a instrumentos que a Europa utiliza para apoiar a ciência e que são fator de prestígio nacional, como é o caso das bolsas do Centro Europeu de Investigação atribuídas a cientistas portugueses, em si mesmas um reconhecimento do trabalho de excelência. Embora

exista por vezes um negativismo derivado das dificuldades e da crise, a perspetiva em Portugal está a mudar, como se vê pelo aproveitamento dos programas europeus. No programa anterior, Portugal contribuiu com um montante semelhante ao que beneficiou (cerca de 500 milhões de euros) mas no programa atual já conseguiu 400 milhões, em metade do tempo.

Foi abordada a inteligência artificial (IA) e a sua interação com o emprego e a política. A tecnologia avança mais rapidamente do que a política, estando atualmente a entrar em áreas muito reguladas como a energia, a alimentação ou a água, o que faz com que se tenha de relacionar de formas diferentes com a política e os políticos. A escolha e decisão política são importantes para definir o que queremos que a IA seja na Europa: queremos que nos substitua em tarefas repetitivas e nos ajude a ser mais inteligentes, ou queremos que a IA nos substitua por completo? Carlos Moedas considerou que existe uma ideia exagerada sobre o que a IA poderá fazer nos próximos

anos e que será impossível substituir a inteligência humana nos tempos mais próximos. Por outro lado, a componente digital e a IA liberta tempo para tarefas criativas, em vez de estarmos a repetir tarefas, o que nos torna pessoas melhores e mais felizes. Temos de acreditar que a IA vai contribuir, também, para criar novas profissões. As profissões nunca acabarão porque sempre existirão problemas para resolver. Se olharmos para a última década, vemos que foram criadas muitas profissões que nem sabíamos que poderiam existir. Nos últimos dez anos, na Europa, conseguimos criar mais de 10 milhões de novas profissões e postos de trabalho, ou seja, existe criação de emprego. Para além disso, o mundo digital é um mundo para todos, ou seja, todos podem participar e trabalhar no mundo digital, pelo que teremos de ter a capacidade para incluir pessoas com variados níveis académicos e de formação.

Foi salientada a ideia de que a produtividade não é só inovação e de que a ciência tem de chegar a todos. Neste momento, as melhores empresas do mundo continuam a ter altos índices de produtividade, mas as empresas médias estagnaram. Ou seja, o desafio atual está em passarmos essa produtividade, que está circunscrita aos melhores, para toda a sociedade – algo que sempre aconteceu mas que não acontece atualmente. Algo similar acontece na ciência e inovação, uma vez que, tal como Mario Draghi afirmou numa conferência sobre ciência e inovação no Banco Central Europeu, a Europa não diminuiu o nível nesta área, continuando a inventar, a inovar e a criar novos produtos, mas verifica-se um défice de capacidade para levar tudo isto para toda a economia. A própria ciência e inovação mudaram tanto nos últimos anos, que as empresas não estão a ser capazes de atrair os talentos que hoje inovam, porque estes são muito caros e situam-se na interseção das disciplinas. A difusão desta produti-

vidade passa pela capacidade de continuarmos a investir na ciência, de mudarmos os nossos sistemas de ensino no sentido da interdisciplinaridade e de criarmos sistemas mais “*bottom-up*”, menos dirigistas e mais multidisciplinares.

Ligada à ideia de difusão da ciência e da inovação, está também a implementação e replicação de programas que tenham a capacidade de ligar as pessoas ao projeto europeu. Foi referido o Programa Erasmus como um desses programas, bem como a necessidade de levar o Programa Ciência para além da comunidade científica, conectando-o com a comunidade. De qualquer forma, tudo é definido com grande antecedência na Comissão Europeia, pelo que é preciso uma visão estratégica de futuro nestes programas. O comissário foi questionado especificamente sobre a cooperação europeia com África, tendo referido um pilar específico da última fase do Programa Horizonte 2020 para o relacionamento com os países africanos, bem como a existência de projetos que estabelecem novas relações numa base de igualdade e com ganhos mútuos, nomeadamente o projeto EDCTP no setor da saúde, sobre o HIV-SIDA, a malária e outras doenças, com a participação de 11 países europeus e 11 países africanos.

Foi referida a fragmentação dos programas europeus, nomeadamente na área da inovação, o que gera um desconhecimento e falta de entendimento dos cidadãos. No fundo, cada pessoa quis deixar a sua marca através da criação de programas, o que gerou uma enorme fragmentação. A ideia para o futuro seria a de criar um *European Innovation Council*, que englobe todos os programas e que apresente uma visão mais unificada para a inovação.

A questão da desigualdade gerada pela globalização foi amplamente referida pelos participantes e pelo orador, interligando-a com os populismos e protecionismos que renascem na Europa. Carlos

Moedas considerou esquizofrénico considerar que voltar para trás (com medidas protecionistas e perspetivas nacionalistas, por exemplo) pode trazer alguma solução a problemas que são globais e que exigem respostas concertadas. Uma forma de reduzir a desigualdade criada pela globalização é conseguir que a União Europeia tenha uma maior capacidade de implementar regras que exijam às empresas o pagamento de impostos – e o seu pagamento no local onde produzem. Atualmente, a população em geral paga um nível de impostos muito superior ao que é pago por grandes empresas, o que, apesar de ser feito por meios legais, suscita questões éticas e cria grandes desigualdades. Para além disso, coloca-se a questão de regulação do mundo digital, uma vez que ainda não percebemos bem como regular estas novas redes. Vivemos hoje num mundo em que as pessoas podem fazer afirmações racistas e xenófobas dentro de uma rede social, o que constitui um crime público mas não é crime dentro dessa mesma plataforma digital. Temos de trabalhar com essas redes sociais e com o mundo digital, que investir em inovação e ciência, que aumentar as nossas capacidades de regulação em certas áreas, de forma a conseguir reduzir essa desigualdade.

A democracia só conseguirá sobreviver se conseguirmos diminuir as desigualdades criadas pela globalização. O comissário considerou que este não é um tema de esquerda ou de direita, mas que antes deveria suscitar um consenso entre todas as forças políticas. Um dos participantes referiu a ideia de que o crescimento ajuda a combater o populismo, e que nesse sentido, o fraco crescimento da Europa tem contribuído para uma enorme insatisfação de certas classes sociais relativamente aos decisores políticos nacionais, gerando assim as bases de reforço destes movimentos populistas no continente europeu. Nesse sentido, Carlos Moedas considerou que o crescimento diminui o

populismo se não criar desigualdade, ou seja, se existir uma distribuição mais equitativa.

Neste contexto, foi abordado o papel da União Europeia no futuro e o contributo do Livro Branco para a mudança e para o crescimento. O Comissário considerou que o Brexit pode constituir uma grande oportunidade para fazer o que a União Europeia pretender, sem a desculpa constante de que o Reino Unido bloqueava ou queria algo diferente. Os cenários propostos pelo presidente Juncker não são para inventar uma Europa diferente, mas sim para a clarificar e para voltar a ligar a Europa aos cidadãos. Atualmente, as pessoas não percebem muito do que é feito pela União Europeia. Por exemplo, para negociar um tratado comercial com o Canadá, as pessoas não percebem como é que a Europa pode ficar refém da Valónia, de um parlamento regional, o que acaba por descredibilizar a atuação europeia. As pessoas exigem responsabilidades à Comissão Europeia por nada ter feito em relação ao desemprego juvenil, não percebendo que 99,7% do orçamento para essa área está nos Estados e não na Comissão Europeia. Existe uma falta de clareza relativamente à missão e mandato das organizações europeias nos vários setores. O objetivo dos cenários propostos pelo Livro Branco não é mais Europa, mas sim melhor Europa, uma Europa com um futuro mais claro.

Um dos pontos importantes para o futuro da Europa será acabar com a quantidade de intermediários entre as instituições europeias e as pessoas. As pessoas gostam de programas como o Erasmus porque existe um relacionamento e interação direta mas, em muitos outros casos, esse apoio europeu não é visível e existem intermediários (em alguns casos, as autoridades nacionais) que anulam a visibilidade e utilidade do apoio europeu. Isto está também ligado ao ADN do funcionalismo público europeu, uma vez se construiu uma linguagem difícil de perceber e uma postu-

ra *low-profile* que deixa o crédito para os países ou para outras instituições, quando muitas vezes o apoio da União Europeia é o mais relevante em termos financeiros. Carlos Moedas defendeu que a União Europeia tem de deixar de ser *low-profile* de uma vez por todas, defendendo a visibilidade e utilidade daquilo que faz a todos os níveis e em todos os espaços. Deve também deixar de ser tão

reativa e apostar em ser mais pró-ativa, assumindo a liderança quando tem conhecimentos e capacidade para o fazer, nomeadamente quando falamos em “ciência para a diplomacia”, em áreas tão diversas como a saúde, a energia, a segurança e o terrorismo. A ciência pode e deve ser um instrumento dessa pro-atividade da diplomacia europeia.



**2 horas de debate**



**120 participantes**

Esta publicação foi transcrita e editada de acordo com as intervenções verbais dos participantes.

Transcrições António Castro Nunes  
Edição de conteúdos Patrícia Magalhães Ferreira  
Design/Paginação 004 F\*@#ing Ideas  
Fotografias Catarina Benedito e Diana Alves, IMVF



O Clube de Lisboa visa projetar a capital do país como espaço de reflexão, debate e intervenção sobre a agenda internacional, com realce aos temas do desenvolvimento sustentável, da globalização e da segurança e com particular atenção aos desafios estratégicos para o futuro e o papel de Portugal na Europa e no mundo.

**#clubelisboa**



Clube de Lisboa  
Development | Security

[www.clubelisboa.com](http://www.clubelisboa.com) | [info@clubelisboa.pt](mailto:info@clubelisboa.pt)  
Rua de São Nicolau, 105, 1100-548 Lisboa | Tel: + (351) 213 256 302



apoio



**LISBOA**  
CÂMARA MUNICIPAL

